



Governo do Distrito Federal
 Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal
 Unidade de Gestão e Estudos Fiscais
 Coordenação de Monitoramento Fiscal

Relatório Nº 1/2026 – SEEC/SEFIN/SUTES/UFIS/COMOF

Brasília, 24 de maio de 2026.

Assunto: Avaliação das Metas Fiscais.
 Período: 1º Quadrimestre de 2026.

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

1.1. Este sumário sintetiza, em painel de indicadores, o desempenho fiscal do Distrito Federal até o 1º quadrimestre de 2026. O detalhamento por categoria, base legal e metodologia é apresentado nas seções seguintes do relatório.

RECEITA TOTAL REALIZADA R\$ 13,4 bi 33,64% da previsão · +10,35% vs. 2025	DESPESA EMPENHADA R\$ 15,3 bi 27,05% da dotação · +7,42% vs. 2025	RESULTADO - R\$ 1,9 bi Déficit no quadrimestre
RECEITA TOTAL REALIZADA R\$ 13,4 bi 33,64% da previsão · +10,35% vs. 2025	DESPESA LIQUIDADADA R\$ 11,6 bi 27,05% da dotação · +7,42% vs. 2025	RESULTADO R\$ 1,8 bi Superávit no quadrimestre
RESULTADO PRIMÁRIO + R\$ 373,5 mi Meta LDO: -R\$ 1.545,0 mi · cumprida	RESULTADO NOMINAL + R\$ 862,3 mi Meta LDO: -R\$ 1.749,8 mi · cumprida	PESSOAL / RCL 40,45% Limite prudencial 46,55%
DCL / RCL 13,22% Limite Senado 200% · folga ampla	MDE 21,75% Mínimo legal 25% ao final do exercício	SAÚDE R\$ 1,14 bi Mínimo R\$ 1,31 bi · déficit parcial (verificação do cumprimento ao final do exercício)

2. INTRODUÇÃO

Este relatório tem o objetivo de demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira do Distrito Federal até o 1º quadrimestre de 2026, bem como o de avaliar o cumprimento das metas fiscais previamente estabelecidas para os orçamentos fiscal e da seguridade social no mesmo período, em cumprimento ao que determina o § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Os números aqui apresentados, por sua relevância, são, de forma resumida, originários dos relatórios bimestrais e quadrimestrais publicados no Diário Oficial do Distrito Federal, no prazo de 30 dias após o encerramento do período, conforme o caput do art. 52 e § 2º do art. 55 da LRF.

Dos dados ora apresentados, excluem-se aqueles referentes aos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal — FCDF — destinados às áreas da saúde, da educação e aos órgãos de segurança, por não transitarem pelo orçamento fiscal nem pelo da seguridade social do Distrito Federal.

3. RECEITA

As receitas (exceto intraorçamentárias) realizadas até o 1º quadrimestre do ano de 2026, nelas compreendidas as receitas correntes e de capital, totalizaram R\$ 13,38 bilhões, resultando no crescimento nominal de 10,35% em relação ao mesmo período do ano anterior. Foram realizadas 33,64% das receitas previstas pelo Distrito Federal para o ano de 2026. Na composição das receitas realizadas, destacaram-se as receitas tributárias e as transferências correntes, com R\$ 8,5 bilhões e R\$ 2,5 bilhões, respectivamente, conforme demonstrado no quadro, a seguir.

Quadro 1 · Balanço Orçamentário da Receita

					(em R\$)
RECEITAS (exceto intra)	Previsão Inicial 2026	Realizado (jan-abril) 2026	% Realizado 2026	Realizado (jan-abril) 2025	Variação Nominal 2026/2025 (%)
Receitas Correntes	39.061.889.804	13.303.940.187	34,06%	11.993.883.941	+10,92%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	25.465.434.716	8.499.610.163	33,38%	8.587.938.085	(1,03%)
Receita de Contribuições	2.975.491.349	949.001.122	31,89%	824.816.349	+15,06%
Receita Patrimonial	896.066.530	285.723.185	31,89%	426.346.225	(32,98%)
Receita Agropecuária	12.527	495	3,95%	3.873	(87,22%)
Receita Industrial	5.741.243	1.149.240	20,02%	1.158.439	(0,79%)
Receita de Serviços	1.614.253.167	639.542.090	39,62%	624.620.605	+2,39%
Transferências Correntes	6.934.696.803	2.488.329.161	35,88%	1.206.238.103	+106,29%
Outras Receitas Correntes	1.170.193.469	440.584.731	37,65%	322.762.261	+36,50%
Receitas de Capital	726.464.613	81.684.143	11,24%	136.360.451	(40,10%)
Operações de Crédito	409.906.409	24.743.651	6,04%	75.478.872	(67,22%)
Alienação de Bens	20.764.163	7.537.337	36,30%	1.244.910	+505,45%
Amortizações de Empréstimos	36.662.411	4.462.067	12,17%	13.710.715	(67,46%)
Transferências de Capital	259.131.630	44.940.642	17,34%	45.925.954	(2,15%)
Outras Receitas de Capital	0	446	-	0	-
Total Receitas	39.788.354.417	13.385.624.330	33,64%	12.130.244.392	+10,35%

Fonte: SIGGO.

3.1. Receita Corrente

As receitas correntes decorrem das receitas realizadas pelo Distrito Federal, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, por meio de impostos, taxas, transferências constitucionais, transferências voluntárias e outras.

Foram realizados, nesta categoria, R\$ 13,30 bilhões, representando 34,06% das receitas correntes anuais previstas – um crescimento de 10,92% em relação ao mesmo período do ano anterior.

3.1.1. Receitas Tributárias

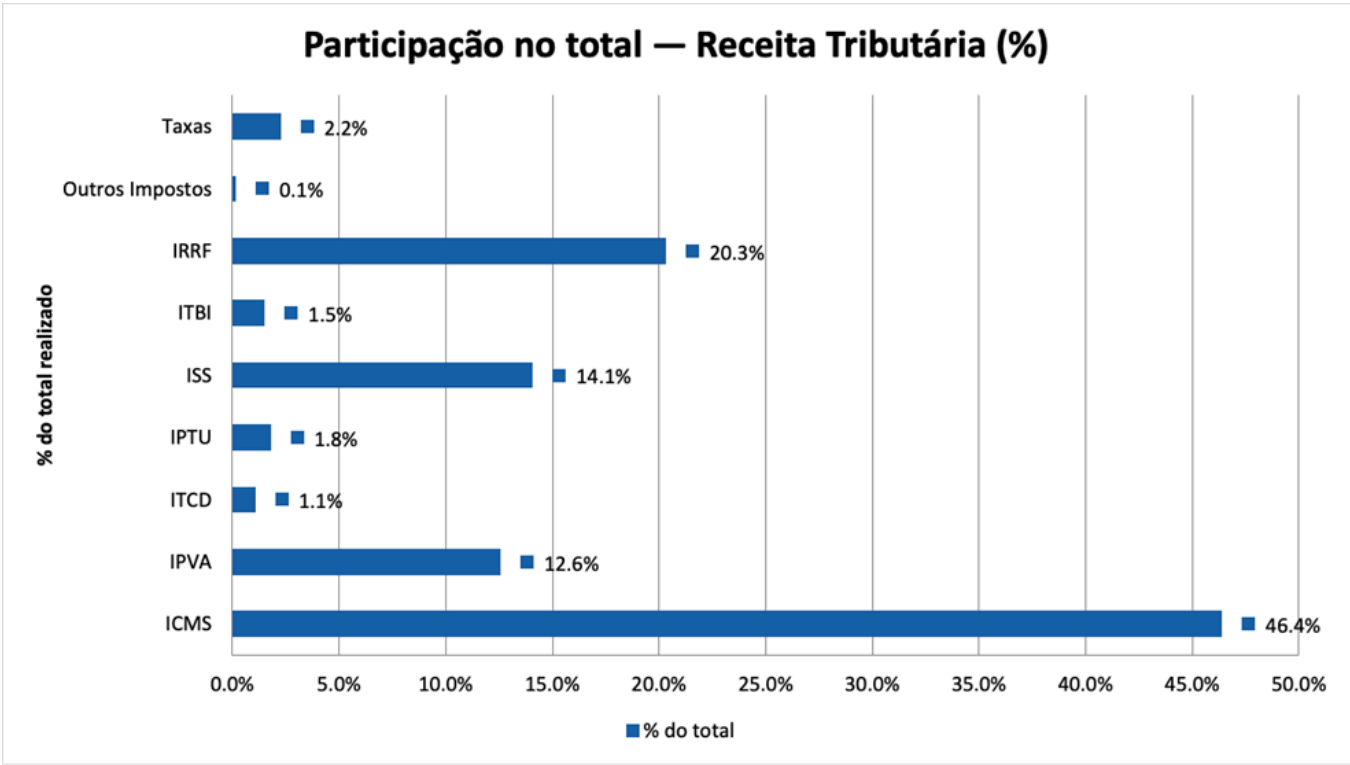
As receitas tributárias, principal item das receitas do Distrito Federal, totalizaram R\$ 9,6 bilhões em 2026, apresentando crescimento de 11,82% em relação ao mesmo período do último exercício. Sua participação no montante total da receita foi de 71,75%.

O ICMS, principal tributo distrital, corresponde a 46,38% da receita tributária realizada, com arrecadação de R\$ 4,5 bilhões (39,89% da previsão anual e variação positiva de 11,06% sobre 2025). O IRRF apresentou acréscimo nominal de 14,85%, totalizando R\$ 2,0 bilhões (33,02% da previsão anual). O ISS variou +9,99%, com R\$ 1,3 bilhão arrecadados (35,16% da previsão). O IPVA atingiu R\$ 1,2 bilhão (variação de +6,35% e 71,73% da previsão), e o IPTU somou R\$ 169,8 milhões (variação de +9,77% e 12,20% do anual).

Quadro 2 · Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Quadro 2 - Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria						(em R\$)
RECEITA TRIBUTÁRIA	Previsão Inicial 2026	Realizado (jan-abril) 2026	% Realizado 2026	Realizado (jan-abril) 2025	Variação Nominal 2026/2025 (%)	% do Total
ICMS	11.167.113.533	4.454.218.214	39,89%	4.010.612.163	+11,06%	46,38%
IPVA	1.680.408.400	1.205.282.156	71,73%	1.133.344.741	+6,35%	12,55%
ITCD	198.959.595	101.415.759	50,97%	96.288.346	+5,33%	1,06%
IPTU	1.391.536.128	169.791.579	12,20%	154.684.467	+9,77%	1,77%
ISS	3.839.277.348	1.349.847.310	35,16%	1.227.253.316	+9,99%	14,06%
ITBI	518.519.567	143.969.020	27,77%	170.442.538	(15,53%)	1,50%
IRRF	5.906.012.722	1.950.093.094	33,02%	1.697.924.022	+14,85%	20,31%
Outros Impostos	55.521.615	14.007.594	25,23%	16.927.044	(17,25%)	0,15%
Taxas	708.085.808	214.644.230	30,31%	80.461.449	+166,77%	2,24%
Total Receitas Tributárias	25.465.434.716	9.603.268.956	37,71%	8.587.938.085	+11,82%	100,00%

Fonte: SIGGO.



3.1.2. Transferências Correntes

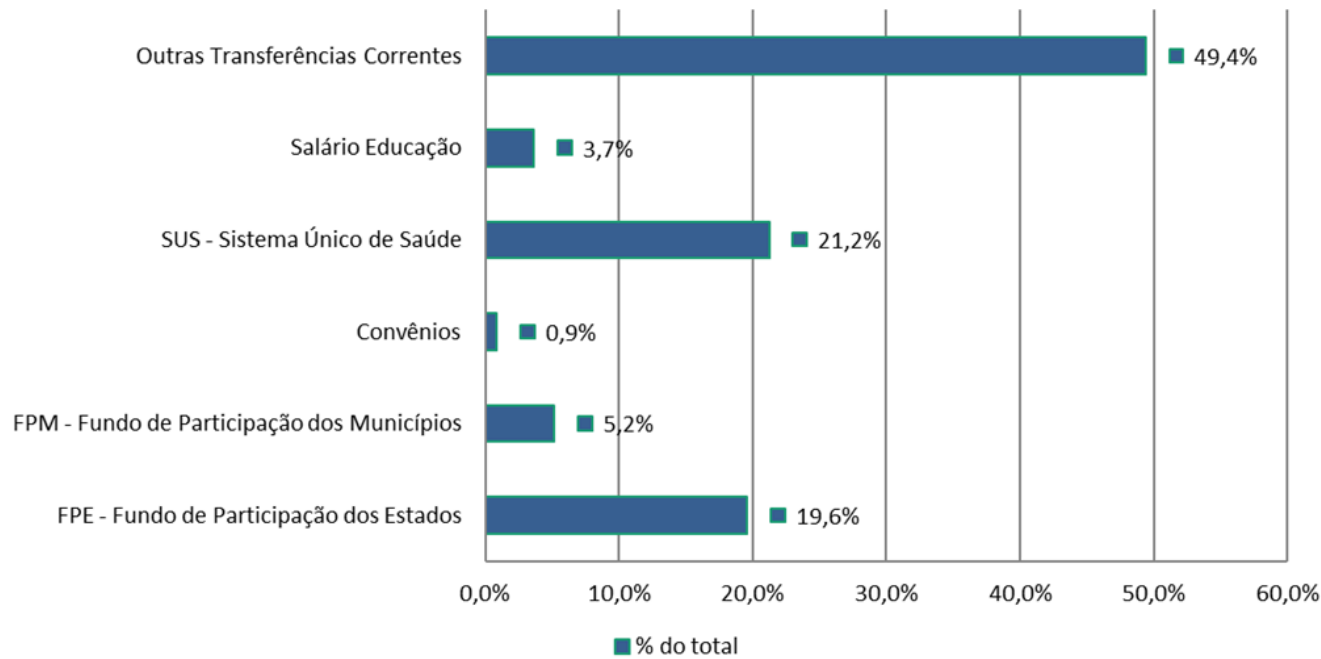
As transferências correntes — compostas pelas transferências constitucionais e legais da União para o Distrito Federal, bem como por outras transferências voluntárias ou de convênios — totalizaram R\$ 2,6 bilhões em 2026 (variação de +11,8% em relação ao mesmo período de 2025), representando 19,42% do total de receitas realizadas. Os dados desagregados das transferências correntes por fonte (FPE, SUS, Salário-Educação, entre outros) para o 1º quadrimestre de 2026 serão consolidados no relatório subsequente, com base no RREO 2º Bimestre/2026.

Quadro 3 - Transferências Correntes

Receitas	Previsão Inicial 2026	Realizado (jan-abril) 2026	% Realizado 2026	Realizado (jan-abril) 2025	(em
					Variação Nominal 2026/2025 (%)
FPE - Fundo de Participação dos Estados	1.141.557.718	513.568.725	45,0%	480.217.549	+6,9%
FPM - Fundo de Participação dos Municípios	398.232.666	135.781.887	34,1%	126.792.638	+7,1%
Convênios	38.996.059	23.257.006	59,6%	22.899.536	+1,6%
SUS - Sistema Único de Saúde	1.158.220.619	556.092.718	48,0%	406.985.155	+36,6%
Salário Educação	250.252.325	95.922.719	38,3%	88.526.035	+8,4%
Outras Transferências Correntes	3.947.437.416	1.294.291.265	32,8%	1.217.714.496	+6,3%
Total Transferências Correntes	6.934.696.803	2.618.914.319	37,8%	2.343.135.408	+11,8%

Fonte: SIGGO.

Participação no total das Transferências Correntes (%)



3.2. Receitas de Capital

As receitas de capital atingiram R\$ 81,7 milhões, variação de -40,10% em relação ao mesmo período do ano anterior. Compreendem operações de crédito (R\$ 24,7 milhões), alienação de bens (R\$ 7,5 milhões), amortizações de empréstimos (R\$ 4,5 milhões) e transferências de capital (R\$ 44,9 milhões). A tabela a seguir demonstra a variação nominal das receitas de capital em relação ao mesmo período do ano anterior, bem como o percentual de realização em relação ao total previsto para o ano.

Quadro 4 · Receitas de Capital

(em R\$)

RECEITAS DE CAPITAL	Previsão Inicial 2026	Realizado (jan-abril) 2026	% Realizado 2026	Realizado (jan-abril) 2025	Variação Nominal 2026/2025 (%)
Operações de Crédito	409.906.409	24.743.651	6,04%	75.478.872	(67,22%)
Internas	250.519.312	1.489.901	0,59%	23.870.722	(93,76%)
Externas	159.387.097	23.253.750	14,59%	51.608.150	(54,94%)
Alienação de Bens	20.764.163	7.537.337	36,30%	1.244.910	+505,45%
Amortizações de Empréstimos	36.662.411	4.462.067	12,17%	13.710.715	(67,46%)
Transferências de Capital	259.131.630	44.940.642	17,34%	45.925.954	(2,15%)
Outras Receitas de Capital	0	446	-	0	-
Total Receitas de Capital	726.464.613	81.684.143	11,24%	136.360.451	(40,10%)

Fonte: RREO 2º Bim/26 e RGF 1º Quad/26.

4. DESPESA

As despesas liquidadas (exceto intraorçamentárias) em 2026 totalizaram R\$ 11,6 bilhões, correspondendo a 27,05% da dotação autorizada para o exercício. Observa-se crescimento da despesa total liquidada em termos nominais de 7,42%, em comparação ao exercício anterior.

Quanto à composição: Pessoal e Encargos Sociais detêm 48,55% de participação no total realizado no período, seguido de Outras Despesas Correntes (46,73%); Investimentos e Inversões Financeiras (1,50%); e Serviço da Dívida (3,22%, somando-se Juros e Amortizações).

As despesas correntes — categoria que registra as despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental — totalizaram R\$ 11,2 bilhões (28,79% do autorizado). As despesas com pessoal e encargos sociais somaram R\$ 5,6 bilhões (25,97% da dotação autorizada). Os juros e encargos da dívida somaram R\$ 150,8 milhões (27,72%), com redução de 9,66% sobre 2025. As outras despesas correntes — em sua maioria, gastos relativos à manutenção administrativa do Estado — totalizaram R\$ 5,4 bilhões (32,48%).

No caso das despesas de capital — aquelas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital — foram executados R\$ 394,7 milhões em 2026, sendo R\$ 166,4 milhões em investimentos, R\$ 221,1 milhões em amortização da dívida e R\$ 7,1 milhões em inversões financeiras.

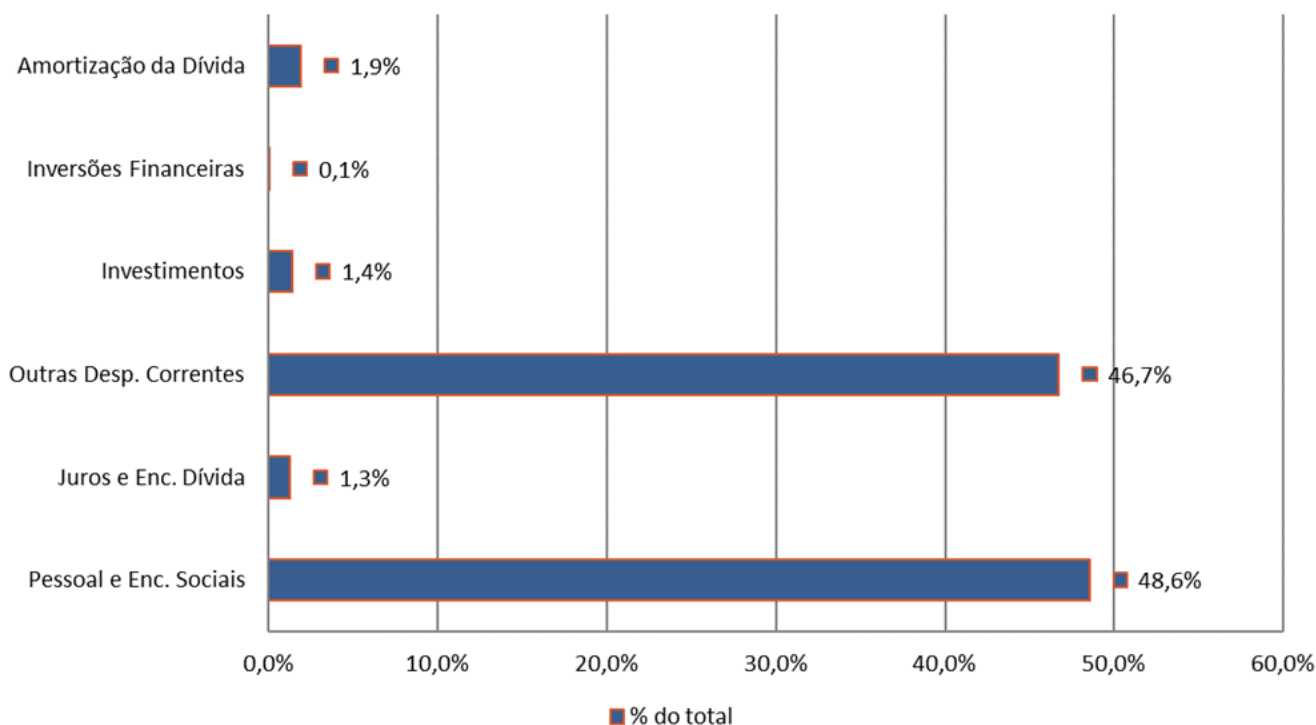
Quadro 5-A · Balanço Orçamentário da Despesa Liquidada

(em R\$)

DESPESAS (exceto intra)	Dotação Autorizada 2026	Despesa Liquidada (jan-abril) 2026	% Realizado 2026	Despesa Liquidada (jan-abril) 2025	Variação 2026/2025 (%)	% do Total
Despesas Correntes	38.752.945.052	11.155.918.548	28,79%	10.257.616.399	+8,76%	96,58%
Pessoal e Encargos Sociais	21.592.299.078	5.608.083.450	25,97%	5.424.278.146	+3,39%	48,55%
Juros e Encargos da Dívida	543.825.072	150.753.946	27,72%	166.875.579	(9,66%)	1,31%
Outras Despesas Correntes	16.616.820.902	5.397.081.152	32,48%	4.666.462.674	+15,66%	46,73%
Despesas de Capital	3.573.149.818	394.673.269	11,05%	495.402.350	(20,33%)	3,42%
Investimentos	2.714.081.506	166.409.063	6,13%	272.368.461	(38,90%)	1,44%
Inversões Financeiras	68.858.036	7.115.973	10,33%	3.670.905	+93,85%	0,06%
Amortização da Dívida	790.210.276	221.148.234	27,99%	219.362.984	+0,81%	1,91%
Reserva de Contingência	369.468.809	0	0,00%	0	-	0,00%
Despesas (exceto intra)	42.695.563.679	11.550.591.817	27,05%	10.753.018.749	+7,42%	100,00%
Intra-Orçamentárias	3.328.701.576	1.184.973.048	35,60%	1.091.866.531	+8,53%	10,26%
Despesa Total	46.024.265.255	12.735.564.865	27,67%	11.844.885.280	+7,52%	110,26%

Fonte: RREO 2º Bim./26.

Participação por GND nas Despesas Liquidadas (%)



As despesas empenhadas (exceto intraorçamentárias) em 2026 totalizaram R\$ 15,3 bilhões, correspondendo a 35,81% da dotação autorizada para o exercício. Observa-se crescimento da despesa total empenhada em termos nominais de 8,2%, em comparação ao exercício anterior.

A análise mensal da execução orçamentária ao longo do 1º quadrimestre de 2026 revela um perfil de arrecadação relativamente estável, com receita realizada oscilando entre R\$ 3,4 bilhões e R\$ 3,8 bilhões por mês, totalizando R\$ 13,4 bilhões no período.

A despesa empenhada, por sua vez, apresentou comportamento atípico em janeiro, com R\$ 6,1 bilhões — volume 61,7% superior à receita realizada no mesmo mês —, reflexo da inscrição de restos a pagar e da concentração de empenhos no início do exercício. Nos meses subsequentes, o empenho mensal convergiu para um patamar mais próximo ao da receita, situando-se entre R\$ 3,4 bilhões e R\$ 3,7 bilhões. No acumulado do quadrimestre, a despesa empenhada totalizou R\$ 16,7 bilhões.

A despesa liquidada acumulou R\$ 12,8 bilhões no período, inferior tanto à receita realizada quanto ao empenho total.

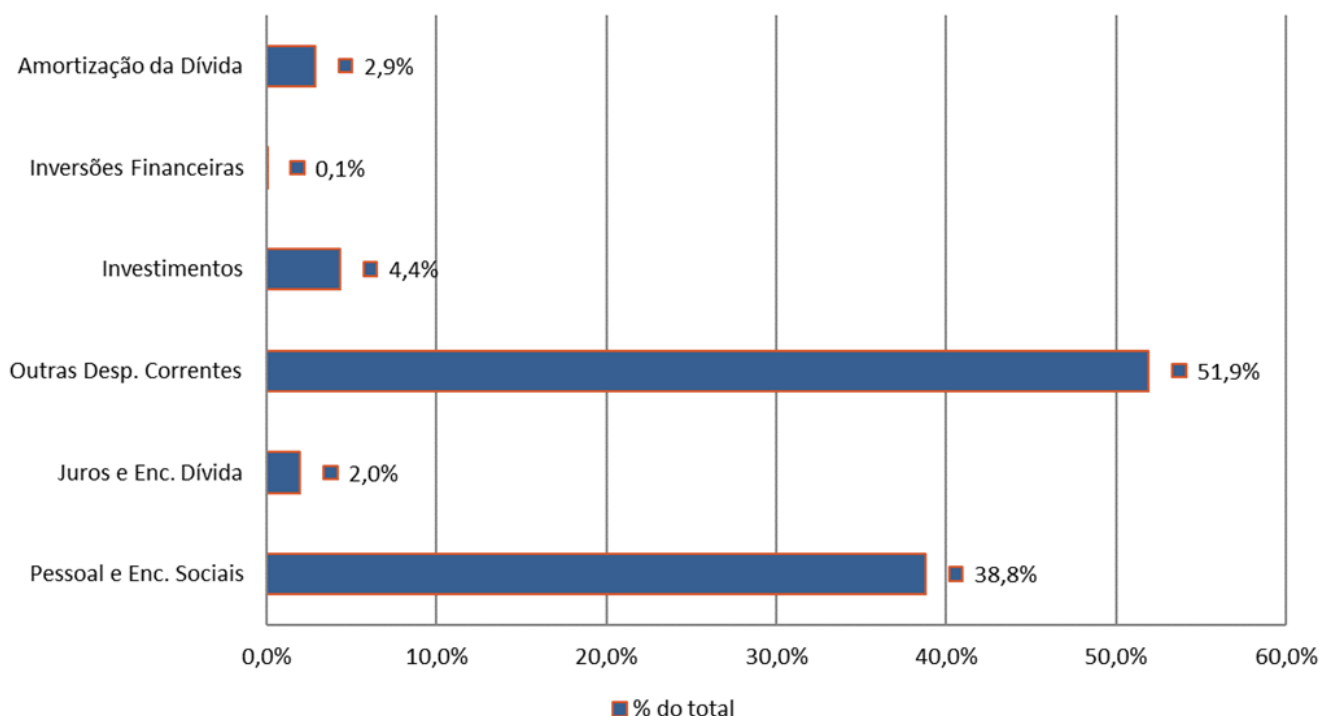
Quadro 5-B · Balanço Orçamentário da Despesa Empenhada

(em R\$)

DESPESAS (exceto intra)	Dotação Autorizada 2026	Despesa Empenhada (jan-abril) 2026	% Realizado 2026	Despesa Empenhada (jan-abril) 2025	Variação 2026/2025 (%)	% do Total
Despesas Correntes	38.752.945.052	14.177.365.268	36,6%	13.038.502.969	+8,7%	92,7%
Pessoal e Encargos Sociais	21.592.299.078	5.932.928.454	27,5%	5.552.994.199	+6,8%	38,8%
Juros e Encargos da Dívida	543.825.072	303.601.906	55,8%	318.495.000	(4,7%)	2,0%
Outras Despesas Correntes	16.616.820.902	7.940.834.908	47,8%	7.167.013.770	+10,8%	51,9%
Despesas de Capital	3.573.149.818	1.112.243.241	31,1%	1.080.991.463	+2,9%	7,3%
Investimentos	2.714.081.506	665.351.710	24,5%	673.899.811	(1,3%)	4,4%
Inversões Financeiras	68.858.036	7.792.873	11,3%	7.979.314	(2,3%)	0,1%
Amortização da Dívida	790.210.276	439.098.659	55,6%	399.112.338	+10,0%	2,9%
Reserva de Contingência	369.468.809	0	0,0%	0	-	0,0%
Despesas (exceto intra)	42.695.563.679	15.289.608.509	35,8%	14.119.494.432	+8,3%	100,0%
Intra-Orçamentárias	3.328.701.576	1.330.141.178	40,0%	1.242.111.761	+7,1%	8,7%
Despesa Total	46.024.265.255	16.619.749.687	36,1%	15.361.606.193	+8,2%	108,7%

Fonte: RREO 2º Bim/26.

Participação por GND nas Despesas Empenhadas (%)



5. RESULTADOS FISCAIS

A Lei de Responsabilidade Fiscal elegeu o controle do endividamento público como um dos principais focos de uma gestão fiscalmente responsável. Mais do que regulamentar limites da dívida líquida, a LRF disciplinou a integração entre dívida consolidada, resultado primário, resultado nominal e metas fiscais — um mecanismo de planejamento, acompanhamento e controle de todas as etapas do endividamento público.

O objetivo da apuração dos resultados primário e nominal é verificar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de forma a garantir o equilíbrio das contas públicas conforme planejado. Existem dois métodos de apuração desses resultados: acima da linha e abaixo da linha. O primeiro consiste no confronto entre receitas e despesas primárias. O segundo se baseia na verificação da variação da dívida entre o período corrente e o anterior. O resultado primário é mensurado pelo método acima da linha, e o resultado nominal, pelo método abaixo da linha.

5.1. Resultado Primário

O resultado primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Estado de honrar o pagamento do serviço da sua dívida. No 1º quadrimestre de 2026, o resultado primário foi de R\$ 373,5 milhões positivo, sob o critério acima da linha, o que representa, até o momento, o cumprimento da meta anual estabelecida para 2026 na LDO (deficitária em R\$ 1,5 bilhão).

Cumprir destacar que foram excluídas da apuração as receitas com fontes do RPPS, bem como as despesas custeadas com estas fontes, em atendimento às disposições do Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional – MDF.

Quadro 6 · Resultado Primário — Acima da Linha

(em R\$)

RESULTADO PRIMÁRIO	Realizado (jan-abril) 2026	Realizado (jan-abril) 2025	Varição Nominal 2026/2025 (%)
Receitas Primárias Correntes	12.215.465.949	10.993.618.447	+11,1%
Receitas Primárias de Capital	52.478.424	47.170.865	+11,3%
Receita Primária Total	12.267.944.374	11.040.789.312	+11,1%
Despesas Primárias Correntes	11.505.694.441	10.677.015.778	+7,8%
Despesas Primárias de Capital	388.716.913	456.045.508	(14,8%)
Despesa Primária Total	11.894.411.354	11.133.061.286	+6,8%
Resultado Primário	373.533.020	-92.271.974	+504,8%
META LDO	-1.544.981.949	-562.574.492	(174,6%)

Fonte: RREO 2º Bim/26.

5.2. Resultado Nominal

Conforme o Manual de Demonstrativos Fiscais, o resultado nominal deve ser apurado sob o critério abaixo da linha, representando a diferença entre o saldo da dívida consolidada líquida (DCL) em 31 de dezembro do exercício anterior e o saldo da DCL apurado em 31 de dezembro do exercício de referência.

No 1º quadrimestre de 2026, o Distrito Federal obteve resultado nominal positivo de R\$ 862,3 milhões, indicando o cumprimento, até o momento, da meta estabelecida na LDO para o exercício vigente (deficitária em R\$ 1,7 bilhão).

Quadro 7 · Resultado Nominal — Abaixo da Linha

(em R\$)

RESULTADO NOMINAL	Saldo 31/12/2025	Saldo Atual (2026)	Varição Nominal (%)
Dívida Consolidada	9.386.032.884	10.165.243.929	+8,3%
(-) Deduções	3.164.814.485	4.806.319.205	+51,9%
Disponibilidade de Caixa	2.909.087.560	4.548.112.071	+56,3%
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.937.653.819	5.034.367.344	+2,0%
(-) Restos a Pagar Processados	1.738.159.307	122.700.862	(92,9%)
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	290.406.952	363.554.411	+25,2%
Demais Haveres Financeiros	255.726.924	258.207.134	+1,0%
(=) Dívida Consolidada Líquida	6.221.218.399	5.358.924.724	(13,9%)
Resultado Nominal		862.293.675	
META LDO		-1.749.755.191	

Fonte: RREO 2º Bim/26.

6. MÍNIMOS CONSTITUCIONAIS

A Constituição Federal de 1988 prevê uma aplicação mínima de recursos em ações e serviços públicos de saúde, bem como em educação, conforme os arts. 198 e 212 da Carta Magna.

6.1. Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Recursos do FUNDEB

Consideram-se despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) as relativas à remuneração dos profissionais da educação, à manutenção do ensino, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino.

No exercício de 2026, as despesas liquidadas com MDE totalizaram aproximadamente R\$ 2,2 bilhões, representando 21,75% da receita líquida de impostos e transferências, ficando esse indicador abaixo do limite mínimo constitucional de 25,00%.

Cabe ressaltar, no entanto, que a verificação definitiva para fins de cumprimento do limite ocorre ao final do exercício.

Quadro 8 · Apuração do Limite de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

(em R\$)

Especificação	Liquidado (jan-abril) 2026	Liquidado (jan-abril) 2025	Limite mínimo
Total da Receita Compatível em MDE	10.042.355.096	9.117.987.643	≥ 25,00%
Limite Mínimo de Aplicação em MDE	2.510.588.774	2.279.496.911	
Despesas Realizadas em MDE	2.183.755.840	1.874.065.723	
% Aplicado no MDE	21,75%	20,55%	

Fonte: RREO 2º Bim/26.

Em relação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em 2026 as despesas realizadas ficaram R\$ 99,2 milhões acima do limite mínimo de aplicação de R\$ 1,2 bilhão. O percentual aplicado no pagamento de profissionais do magistério da educação básica atingiu 80,65%, ficando acima do limite mínimo de 70%, estabelecido pela EC 108/2020.

Quadro 9 · Limite Mínimo de Aplicação no FUNDEB**(em R\$)**

FUNDEB	Liquidado (jan-abril) 2026	Liquidado (jan-abril) 2025
Limite Mínimo de Aplicação no FUNDEB*	1.154.636.370	1.053.136.126
Despesas Realizadas com Recursos do FUNDEB	1.253.839.495	947.821.522
Resultado Apurado no FUNDEB	99.203.125	-105.314.604
Receitas Recebidas do FUNDEB (Principal + Rendimentos + Complementação da União)	1.237.020.150	1.149.375.003
Limite Mínimo de Aplicação no Pagamento de Profissionais do Magistério da Educação Básica (Mínimo de 70% da Receita Recebida do FUNDEB)	866.405.333	804.562.502
Pagamento de Profissionais do Magistério da Educação Básica	997.652.886	770.843.680
% Aplicado no Pagamento de Profissionais da Educação Básica (Mínimo Legal - 70%)	80,6%	67,1%

Fonte: RREO 2º Bim/26.

* 90% da Receita Total do FUNDEB, com base no Art. 25, § 3º, da Lei 14.113/2020

6.2. Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde as despesas com pessoal, manutenção e investimentos, financiadas pelo Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio (inclusive administrativo) alocadas na função 10 — Saúde, desde que relacionadas ao custeio de pessoal em atividade de saúde e alocadas no Fundo de Saúde.

Em 2026, foi destinado às despesas com saúde, para efeito de cumprimento do mínimo, o montante de R\$ 1,1 bilhão. Apurou-se déficit de R\$ 167,2 milhões em relação aos percentuais mínimos a aplicar (12% da base estadual e 15% da base municipal, EC 29/2000). A verificação definitiva para fins de cumprimento do limite ocorre ao final do exercício.

Quadro 10 · Aplicações em Ações e Serviços Públicos de Saúde**(em R\$)**

SAÚDE	Liquidado (jan-abril) 2026	Liquidado (jan-abril) 2025
I. Receita - Base de Cálculo Estadual (B.E.)	6.511.604.239	5.851.201.359
II. Receita - Base de Cálculo Municipal (B.M.)	3.516.743.263	3.249.859.240
III. Recursos Mínimos a Aplicar (12% da B.E. + 15% da B.M.)	1.308.903.998	1.189.623.049
IV. Aplicações em Ações e Serviços de Saúde	1.141.730.003	929.746.611
V. Resultado (IV – III)	-167.173.995	-259.876.438
VI. % Aplicado em Relação ao Mínimo a Aplicar	87,2%	78,2%

Fonte: RREO 2º Bim/26.

7. LIMITES DA LRF

A Lei de Responsabilidade Fiscal, ao estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estipulou limites para indicadores de maior relevância. A verificação desses limites ocorre no Relatório de Gestão Fiscal, publicado quadrimestralmente.

7.3. Despesa de Pessoal

A despesa bruta de pessoal do Poder Executivo, sempre a mais significativa no conjunto das despesas, elevou-se em R\$ 6,1 bilhões no acumulado em 12 meses até o primeiro quadrimestre de 2026, em comparação com o mesmo período do ano anterior – um aumento nominal de 15,46%. Os gastos com pessoal ativo, aposentados e pensionistas sofreram elevação de 13,39%, 20,06% e 11,85%, respectivamente. Ressalta-se que, na despesa bruta, estão incluídos os recursos do Fundo Constitucional do DF.

Quadro 11 - A · Despesa Bruta de Pessoal - Poder Executivo**(em R\$)**

DESPESA BRUTA COM PESSOAL	1º Quad/26	1º Quad/25	Variação 2026/2025 (%)
Despesa Bruta	45.637.074.341	39.527.294.150	15,46%
Ativo	27.748.753.849	24.472.457.220	13,39%
Aposentado	15.347.618.484	12.783.353.844	20,06%
Pensionista	2.540.702.009	2.271.483.086	11,85%

Fonte: RGF 1º Quad/26.

A despesa líquida de pessoal apresentou elevação de aproximadamente R\$ 2,3 bilhões, enquanto a receita corrente líquida cresceu R\$ 3,9 bilhões no período. Em comparação com o mesmo período de 2025, houve, em 2026, um aumento de 16,13% na despesa líquida de pessoal em contrapartida do aumento de 10,63% da receita corrente líquida. A relação final apurada resultou no índice de pessoal de 40,45%, mantendo-se abaixo do limite de alerta (44,10%) e do limite prudencial (46,55%) estabelecidos pela LRF.

A despesa líquida é calculada pela dedução, da despesa bruta de pessoal, dos seguintes itens: indenizações de PDV; indenizações por exoneração e demissão; indenizações e restituições pessoais; abono de permanência; abono pecuniário de férias; licença-prêmio em pecúnia; despesas de exercícios anteriores; sentenças judiciais; despesas com pessoal custeadas por recursos do Fundo Constitucional do DF no SIAFI; e inativos e pensionistas custeados com recursos vinculados.

Quadro 11 - B · Despesa Líquida de Pessoal - Poder Executivo

(em R\$)

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	1º Quad/26	% RCL (2026)	1º Quad/25	% RCL (2025)
Despesa Total com Pessoal para Fins de Apuração do Limite	16.298.140.188	40,45%	14.034.446.371	38,54%
Receita Corrente Líquida (RCL)	40.291.077.155	-	36.419.369.398	-
Limite de Alerta (inciso II do § 1º, art. 59 da LRF)	17.768.365.025	44,10%	16.060.941.905	44,10%
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	18.755.496.416	46,55%	16.953.216.455	46,55%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 LRF)	19.742.627.806	49,00%	17.845.491.005	49,00%

Fonte: RGF 1º Quad/26.

7.4. Nomeações

7.4.1. Saúde, educação e segurança pública

No período de 2023 a 2026, o Distrito Federal realizou 25.325 nomeações brutas no âmbito do Poder Executivo. Os setores de Educação e Saúde concentraram a maior parte das contratações, refletindo as prioridades de recomposição de quadros nas áreas finalísticas. O quadro a seguir apresenta as nomeações agrupadas por área temática.

Quadro 12-A · Nomeações por Área — 2023 a 2026 (nº de servidores)

ÁREA / ÓRGÃO	2023	2024	2025	2026*	Total
Segurança Pública	675	2.203	1.971	10	4.859
PCDF	300	884	697	2	1.883
PMDF	0	1.318	1.274	8	2.600
CBMDF	375	1	0	0	376
Saúde (SES)	1.408	2.249	319	1.136	5.112
Educação (SEE)	4.490	4.328	3.029	7	11.854
Demais Órgãos	1.097	1.764	330	309	3.500
Total Geral	7.670	10.544	5.649	1.462	25.325

Fonte: COCP/UACEP/SUGEP/SEGEA/SEEC

* 2026: dados parciais até maio/2026.

7.5. Dívida Pública

Ao final do primeiro quadrimestre de 2026, a dívida consolidada bruta apresentou saldo de R\$ 10,2 bilhões.

O Distrito Federal apresenta relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dentro dos limites legais. Em 2026, esta relação correspondeu a 13,22%, inferior ao limite definido pelo Senado Federal de 200% sobre a RCL, indicando que, sob essa ótica, o DF possui capacidade de endividamento.

Quadro 12 · Dívida Consolidada Líquida

(em R\$)

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	1º Quad/26	1º Quad/25	Var. (%)
Dívida Consolidada Bruta	10.165.243.928	9.649.360.153	+5,3%
Dívida Contratual	4.326.904.508	4.768.117.251	(9,3%)
Precatórios Posteriores a 05/05/2000	5.439.989.510	4.492.865.005	+21,1%
Outras Dívidas	398.349.911	388.377.898	+2,6%
(-) Deduções	4.806.319.205	5.904.823.113	(18,6%)
(=) Dívida Consolidada Líquida	5.358.924.723	3.744.537.040	+43,1%
Receita Corrente Líquida (RCL)	40.530.379.464	36.543.589.819	+10,9%
Limite Senado Federal (200% RCL)	81.060.758.928	73.087.179.638	-
DCL / RCL (%)	13,22%	10,25%	-

Fonte: RGF 1º Quad/26.

7.6. Operações de Crédito

O Distrito Federal possui uma baixa relação entre o valor das operações de crédito e a receita corrente líquida, em cumprimento ao art. 55, inciso I, alínea 'd' e inciso III, alínea 'c' da LRF. Até o primeiro quadrimestre de 2026, esta relação correspondeu a 0,06%, inferior ao limite definido pelo Senado Federal, de 16%.

Quadro 13 · Operações de Crédito

(em R\$)

Especificação	Valor (R\$)	% RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	24.743.651	0,06%
Receita Corrente Líquida	40.530.379.464	-
Limite Definido pelo Senado para Op. de Crédito Internas e Externas	6.484.860.714	16,00%

Fonte: RGF 1º Quad/26.

8. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS (2021–2025)

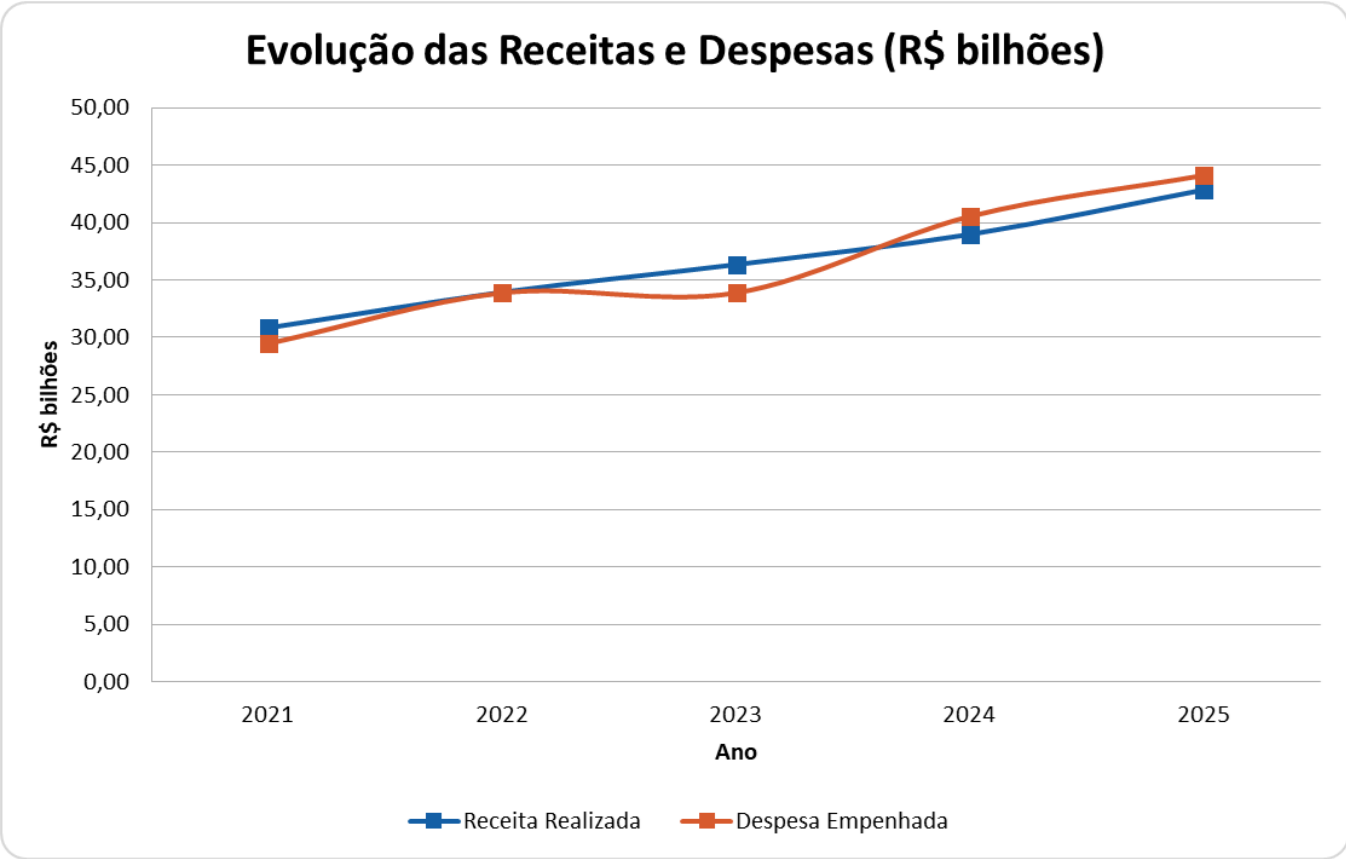
A análise da evolução das receitas realizadas e das despesas empenhadas nos últimos cinco exercícios revela uma trajetória de crescimento nominal do orçamento do Distrito Federal. Entre 2021 e 2025, a Receita Realizada cresceu 38,96%, passando de R\$ 30,8 bilhões para R\$ 42,8 bilhões. No mesmo período, o total Empenhado registrou aumento de 49,49%, saltando de R\$ 29,5 bilhões para R\$ 44,1 bilhões. O ritmo de crescimento das despesas empenhadas é superior ao das receitas realizadas, sinalizando pressão crescente sobre a capacidade fiscal do ente.

Quadro 15 · Evolução das Receitas e Despesas — 2021 a 2025

(R\$ bilhões)

CATEGORIA	2021	2022	2023	2024	2025	Var. 2021→2022 (%)	Var. 2022→2023 (%)	Var. 2023→2024 (%)	Var. 2024→2025 (%)
Receita Realizada	30,80	33,90	36,30	38,93	42,80	+10,1%	+7,1%	+7,2%	+9,0%
Despesa Empenhada	29,50	33,90	33,90	40,54	44,10	+14,9%	-	+19,6%	+8,1%

Fonte: SIGGO. Valores em R\$ bilhões.

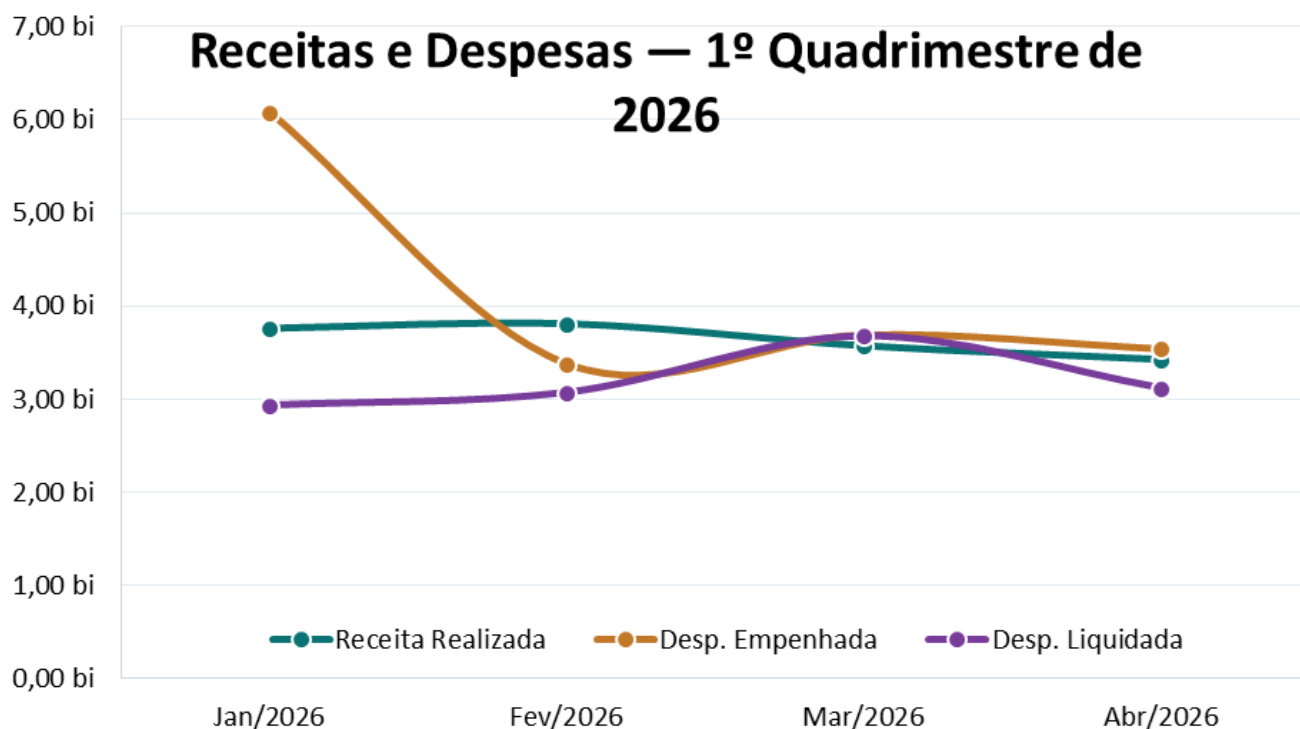


Quadro 16 · Receitas e Despesas — 1º Quadrimestre de 2026

(R\$ bilhões)

Mês	Receita Realizada	Desp. Empenhada	Desp. Liquidada	Var. Rec./Emp.	Var. Rec./Liq.	Var. Emp./Liq.
Jan/2026	3,76 bi	6,08 bi	2,93 bi	+61,7%	-22,1%	-51,8%
Fev/2026	3,81 bi	3,38 bi	3,07 bi	-11,3%	-19,4%	-9,2%
Mar/2026	3,57 bi	3,69 bi	3,68 bi	+3,4%	+3,1%	-0,3%
Abr/2026	3,42 bi	3,54 bi	3,12 bi	+3,5%	-8,8%	-11,9%
Total / Média	14,56 bi	16,69 bi	12,80 bi	+14,3%	-11,8%	-18,3%

Fonte: SIGGO. Valores em R\$ bilhões.



9. DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

As Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) do Distrito Federal registraram crescimento expressivo entre 2021 e 2026, com o total empenhado passando de R\$ 438,0 milhões para R\$ 1.553,6 milhões — variação acumulada de 254,7%.

O grupo Outras Despesas Correntes é o mais representativo, respondendo por 93,5% do total em 2026, ante 90,5% em 2021. Seu volume saltou de R\$ 396,4 milhões para R\$ 1.452,8 milhões no período analisado, refletindo a acumulação de obrigações de custeio não liquidadas em exercícios anteriores — fenômeno que merece monitoramento contínuo, dado o efeito de pressão que exerce sobre os exercícios subsequentes.

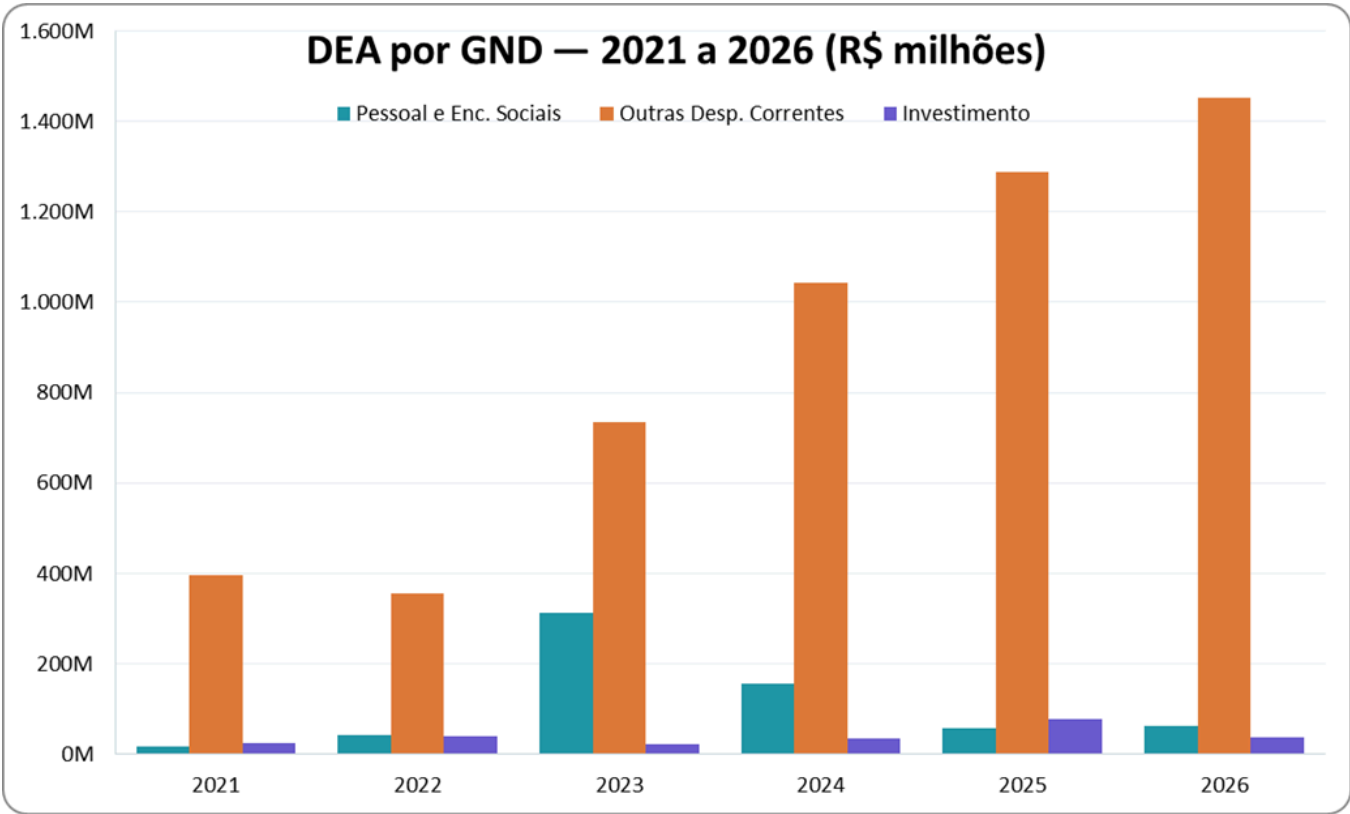
O grupo Pessoal e Encargos Sociais apresentou comportamento atípico: após saltar para R\$ 312,2 milhões em 2023, recuou significativamente para R\$ 57,9 milhões em 2025, estabilizando-se em R\$ 62,6 milhões em 2026.

O grupo Investimento oscilou ao longo do período sem tendência definida, com valores entre R\$ 21,3 milhões e R\$ 76,9 milhões, representando participação marginal no total das DEA (2,5% em 2026). A volatilidade desse grupo é característica da execução de despesas de capital, sujeita a fatores como conclusão de obras.

Quadro 17 · Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) por Grupo — 2021 a 2026 (R\$ milhões)

Grupo de Natureza	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Var. 21→26
Pessoal e Encargos Sociais	18,1	41,8	312,2	156,0	57,9	62,6	+246,2%
Outras Despesas Correntes	396,4	355,2	734,6	1.042,8	1.286,8	1.452,8	+266,5%
Investimento	23,5	40,1	21,3	33,5	76,9	38,2	+62,6%
TOTAL DEA	438,0	437,1	1.068,1	1.232,2	1.421,6	1.553,6	+254,7%

Fonte: SIGGO. Valores em R\$ milhões.



10. DISPONIBILIDADE DE CAIXA

O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, exigido pelo Anexo V do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), nos termos do art. 55, inciso III, alínea “a” da Lei de Responsabilidade Fiscal, evidencia a situação das disponibilidades financeiras do Distrito Federal perante suas obrigações. A análise histórica dos exercícios de 2023 a 2025 permite identificar a trajetória da posição de caixa do ente, separando os recursos por natureza de vinculação.

A Disponibilidade de Caixa Bruta (A) representa o total de recursos financeiros disponíveis antes da dedução das obrigações. A Disponibilidade de Caixa Líquida (I) é obtida após a subtração dos Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos, dos Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de exercícios anteriores e das Demais Obrigações Financeiras, refletindo a real folga financeira do ente.

Quadro 18 · Disponibilidade de Caixa Bruta - 2023 a 2025 (em R\$)

FONTE DE RECURSOS	2023	2024	2025	Var. 2024→2025 (%)
Recursos Não Vinculados (I)	2.537.988.974	1.551.228.456	1.224.442.017	(21,1%)
Recursos Vinculados (exceto ao RPPS) (II)	4.378.425.078	6.109.932.350	3.519.460.966	(42,4%)
Recursos Vinculados ao RPPS (III)	991.535	694.439.328	522.675.722	(24,7%)
TOTAL (IV) = (I + II + III)	6.917.405.587	8.355.600.134	5.266.578.705	(37,0%)

Fonte: RGF - Anexo V

Quadro 19 · Disponibilidade de Caixa Líquida - 2023 a 2025 (em R\$)

FONTE DE RECURSOS	2023	2024	2025	Var. 2024→2025 (%)
Recursos Não Vinculados (I)	414.960.383	-645.377.136	-876.632.452	(35,8%)
Recursos Vinculados (exceto ao RPPS) (II)	2.934.583.039	2.615.615.038	1.590.210.356	(39,2%)
Recursos Vinculados ao RPPS (III)	-452.305.920	-102.076.953	-143.594.637	(40,7%)
TOTAL (IV) = (I + II + III)	2.897.237.502	1.868.160.949	569.983.267	(69,5%)

Fonte: RGF - Anexo V

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o primeiro quadrimestre de 2026, o Distrito Federal apresentou receita total (exceto intraorçamentária) realizada de R\$ 13,4 bilhões. Por sua vez, a despesa total liquidada (exceto intraorçamentária) foi de R\$ 11,6 bilhões e a despesa total empenhada (exceto intraorçamentária) foi de R\$ 15,3 bilhões no período. Descontadas as receitas e despesas consideradas como dupla contagem, o DF apresentou resultado orçamentário positivo de R\$ 1,8 bilhão.

Dentre as receitas correntes realizadas, destaca-se a receita tributária, com participação de 71,75%, seguida das transferências correntes, com 19,42% do total. O ICMS, com 46,38% da receita tributária realizada, foi o imposto de maior arrecadação, com R\$ 4,5 bilhões (39,89% da previsão anual). O IRRF respondeu por R\$ 2,0 bilhões, o ISS por R\$ 1,3 bilhão e o IPVA por R\$ 1,2 bilhão.

Em relação às despesas liquidadas (exceto intraorçamentárias), o grupo Pessoal e Encargos Sociais deteve 48,55% de participação no total realizado no período, seguido de Outras Despesas Correntes, com 46,73%. A despesa líquida com pessoal do Poder Executivo, para fins de apuração do limite, atingiu o índice de 40,45% da receita corrente líquida, ficando abaixo dos limites estabelecidos pela LRF.

Os limites referentes à dívida consolidada líquida e às operações de crédito encontram-se dentro daqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Quadro 14 - Resumo dos Indicadores de Gestão Fiscal

INDICADOR	Apurado	Limite / Meta	Status
Resultado Primário (R\$ mil)	373.533.020	-562.574 (LDO)	Cumprido
Resultado Nominal (R\$ mil)	862.293.675	-849.080 (LDO)	Cumprido
Pessoal / RCL	13,39%	≤ 49,00% (LRF)	Cumprido
DCL / RCL	13,22%	≤ 200% (Senado)	Cumprido
Operações de Crédito / RCL	0,06%	≤ 16% (Senado)	Cumprido
FUNDEB — Magistério	80,65%	≥ 70% (EC 108)	Cumprido
MDE	21,75%	≥ 25% (CF/88)	Em monitoramento
Saúde (% mínimo)	87,23%	100% (EC 29)	Em monitoramento

Fonte: RREO 2º Bim/26 e RGF 1º Quad/26.

Diante do exposto, os números apurados apontam, portanto, para o cumprimento parcial das metas fiscais estabelecidas para o exercício de 2026, até o momento — com pleno cumprimento dos resultados primário e nominal e dos limites de pessoal, dívida e operações de crédito, e monitoramento contínuo dos mínimos constitucionais de educação (MDE) e saúde, cuja verificação definitiva ocorre ao fim do exercício.

Atenciosamente,

JOSÉ LUIZ MARQUES BARRETO
Subsecretário do Tesouro

HELVIO FERREIRA
Contador-Geral

AILTON FERREIRA CAVALCANTE
Secretário Executivo de Finanças

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Economia do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ LUIZ MARQUES BARRETO - Matr.0287635-3, Subsecretário(a) do Tesouro do Distrito Federal**, em 25/05/2026, às 19:18, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **HELVIO FERREIRA - Matr.0287625-6, Contador(a)-Geral**, em 25/05/2026, às 19:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA - Matr.0287440-7, Secretário(a) de Estado de Economia do Distrito Federal**, em 26/05/2026, às 19:20, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **203843320** código CRC= **E297DD3F**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Praça do Buriti - Anexo do Palácio do Buriti - 11º Andar - Sala 1107 - Bairro Zona Cívico-Administrativa - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s): 3312-5817/5852/5849/5893
Site - www.economia.df.gov.br